

O aspecto controverso

CPI - Orçamento

Walter Gomes

Vários adjetivos podem qualificar o momento atual da vida brasileira. Angustiante, por exemplo, traduz, com a força do realismo, a situação político-econômico-social registrada pela História Contemporânea.

Não custa nada voltar ao passado — uma incursão, apenas —, com a única finalidade de situar episódios distintos, porém referenciais significativos, porque o registro é de interesse certo dos pôsteros.

Em 1964, o País, de repente, mudou o seu rumo e, nessa reviravolta, o destino de muita gente. Saiu de um governo pelego-anárquico para uma ditadura militar. Entre um capítulo e outro, houve um interregno com alguns efeitos especiais, cujos reflexos transmitiam tênué aparência de democracia. Foi a primeira parte da gestão do marechal Castello Branco, que, por ironia do destino, fora principal estrategista do golpe que derrubou o presidente João Goulart, herdeiro de uma desgraça nacional chamada populismo.

O fato teve seu desfecho resolvido pelas armas, pouco usadas no primeiro momento, é verdade, mas exibidas como instrumento eficiente de pressão dos homens fardados. Depois, utilizada, também, pelos civis com a mesma finalidade que passou a ser empregada do outro lado da guerra suja: matar os oponentes.

A época, lutava-se para modificar as estruturas, mas a força conduzia o enredo.

Hoje é diferente.

Busca-se, pela ética, reformar os costumes.

Tudo começou com a expulsão de Fernando Collor, a mistificação subdesenvolvida com alguns traços de primeiro-mundismo, que chegara ao Palácio do Planalto respaldado por 35 milhões de votos.

Posssegue, agora, a Operação Mão Limpa, inspirada na bela e corrupta Itália.

Difere, todavia, a ação posta em prática no Brasil. Aqui, o Congresso Nacional usa o bisturi para fazer incisões no seu corpo e, em sequência, vasculha-o no trabalho cirúrgico para extirpar o tecido contaminado. Lá, foi a Justiça que atuou e marcou pontos consecutivos pelos flagrantes no Legislativo e no Executivo.

Instalada a CPI do Orçamento, logo dividida em produtivas subcomissões, a sociedade surpreendeu-se com as descobertas, enquanto parlamentares, atônitos, assustaram-se. A cada dia, começou a crescer o número dos envolvidos, peixinhos e peixões, denominações empregadas pelo senador Jarbas Pasarinho, presidente da ameaçadora comissão investigante e inquisitiva, para batizar, de acordo com o prestígio, as pessoas apanhadas em ilícitudes.

Foi prorrogado o prazo de sua vigência, devido ao acúmulo de audiências e de missões para averiguar denúncias que se multiplicam. E aí reside o perigo. Alguns acusados pelo primeiro depoente, José Carlos Alves dos Santos, corrupto confesso e uxoricida apontado pelos comparsas, não são vestais, mas situam-se longe do grupo que assaltou o erário. Outros, porque registrados em agendas de empreiteiras, estão na rua da amargura. A situação complicou de tal forma que o deputado gaúcho Victor Faccioni bradou, dia desses, no Salão Verde, na Câmara:

“Como andam as coisas, não há mais ninguém acima de qualquer suspeita.”

Já se começa a sentir um clima de histeria. O mar de lama avança e, na sua fúria destruidora, ameaça invadir os dois outros ângulos da Praça dos Três Poderes.

Se isso acontecer, para virar o Brasil pelo avesso, talvez seja suficiente, apenas, a voz de comando de um desses aventureiros que surgem nas horas inquietantes da revolta do povo.